



UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO

FACULDADE DE DIREITO

CENTRO DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNAÇÃO LOCAL

CURSO DE: GOVERNAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA

**TEMA: Descrição e Análise à governação democrática em África**

**“Caso Específico República do Ruanda”**

**NOME COMPLETO: FLÁVIO JANUÁRIO**

**DATA: JULHO DE 2021**

**NOME COMPLETO: FLÁVIO JANUÁRIO**

**TEMA: Descrição e Análise à governação democrática em África**  
**“Caso Específico República do Ruanda”**

Trabalho de pesquisa apresentado no Módulo de Fundamentação da Governação Democrática, do Curso de Governação e Gestão Pública, do Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

**Orientado por:** Fernando Paulo Faria, Ph.D.

**Luanda, 2021**

## **Conteúdo**

1.2. DELIMITAÇÃO DO TEMA	7
1.3. PROBLEMA DA PESQUISA:	7
1.4. HIPÓTESES:	8
1.5. OBJECTIVOS:	8
1.5.1. Objectivo geral:	8
1.5.2. Objectivo específicos:	8
1.6. JUSTIFICATIVA	9
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PAÍS	9
2.4. RELIGIÃO	19
5. CONCLUSÃO	24
6. REFERENCIAS BIOGRÁFICAS	25

## RESUMO

Ruanda é um país da África Oriental sem saída para o mar e com paisagem verde e montanhosa, sua Capital é Kigali, Presidente: Paul Kagame. Tem uma População estimada entre 12,63 milhões (2019) Banco Mundial, o Parque Nacional dos Vulcões, é um dos ponto de grande interesse da comunidade internacional em visitar Ruanda. Em abril de 1994, o presidente ruandês Juvénal Habyarimana (um hutu) foi morto num atentado contra o avião em que viajava. Logo no dia seguinte, o genocídio começou. Sem apresentar provas, as lideranças hutus acusaram os tutsis pelo assassinato do presidente e conclamaram a população a iniciar a matança. Horas depois, as milícias hutus já avançaram contra vilarejos e cidades por todo o país, matando tudo que viam pela frente. Postos de controle foram estabelecidos nas ruas. Pessoas identificadas como membros da minoria tutsi eram sumariamente executadas.

Mais de 500 000 pessoas foram massacradas entre 7 de abril e 15 de julho de 1994 (algumas fontes dizem até 800 000 pessoas teriam sido mortas). Quase todas as mulheres foram estupradas. Muitos dos 5 000 meninos nascidos dessas violações foram assassinados. O genocídio só terminou quando a Frente Patriótica Ruandesa derrotou o governo e se instalou definitivamente no poder. Até os dias atuais, o massacre deixa um profundo legado em Ruanda. O país segue enfrentando problemas étnicos e religiosos, ao mesmo tempo que sofre com dificuldades econômicas e corrupção, gerando extrema pobreza entre a população.

Muitos hutus ajudaram os tutsis a escapar das perseguições. Um caso notório foi o do gerente do Hotel *Mille Collines*, em Kigali, que foi responsável pela salvação de 1 268 tutsis e hutus, abrigando-os no hotel. Paul Rusesabagina ficou mundialmente conhecido ao ser retratado no filme *Hotel Ruanda*. Rusesabagina, hoje residente na Bélgica, afirma que, se não forem tomadas posturas duras contra o tribalismo em Ruanda, o genocídio poderá voltar a ocorrer, agora pelas mãos dos tutsis, "governantes" do país desde o fim da matança.

## 1. INTRODUÇÃO

Ruanda é um país com uma democracia muito a quem da real e verdadeira democracia por sua vez suas características estão além do sentido próprio e mais profundo aceitável segundo os princípios emanados sobre a democracia. Porém, o Presidente ruandês, Paul Kagame, é popular entre líderes ocidentais por ter estabilizado o país, que abriu aos investimentos externos, mas é controverso entre os defensores dos direitos humanos e da democratização. A nível global, o regime no Ruanda não é considerado repressivo. Paul Kagame é considerado como o homem que, com o seu grupo rebelde, pôs fim ao genocídio de cerca de 800.000 tutsis étnicos e hutus moderados em 1994. Desde então, Kagame tem sido aplaudido por sua liderança visionária e por trazer estabilidade à nação da África Oriental.

Ruanda recebeu uma atenção internacional considerável devido ao genocídio ocorrido em 1994, no qual cerca de 800 mil pessoas foram mortas. Desde então, o país viveu uma grande recuperação social e, hoje em dia, apresenta um modelo de desenvolvimento que é considerado exemplar para países em desenvolvimento.

Em 2009, uma reportagem da rede de notícias *CNN* classificou Ruanda como tendo a história de maior sucesso do continente, tendo alcançado estabilidade, crescimento da economia (a renda média triplicou nos últimos dez anos) e integração internacional. A capital, Quigali, é a primeira cidade africana a ser galardoada com o Habitat Scroll of Honor Award, em reconhecimento de sua "limpeza, segurança e conservação do modelo urbano. Em 2008, Ruanda tornou-se o primeiro país a eleger uma legislatura nacional na qual a maioria dos membros era mulheres. Ruanda aderiu à Commonwealth of Nations em 29 de novembro de 2009 como seu quinquagésimo quarto membro, fazendo do país um dos apenas três membros sem um passado colonial britânico.

O **Índice de Democracia** é um índice compilado pela revista *The Economist* para examinar o estado da democracia em 167 países, na tentativa de quantificar este com o *Economist Intelligence Unit Democracy Index* do que se concentrou em cinco categorias gerais: o processo eleitoral e pluralismo, as

liberdades civis, o funcionamento do governo, participação política e cultura política. De acordo com a *Economist Intelligence Unit Democracy Index 2011*, a Noruega marcou um total de 9,80 em uma escala de zero a dez, que foi o maior resultado, enquanto a Coreia do Norte teve a menor nota, com 1,08. Os países são classificados em "democracias plenas", "democracias imperfeitas", "regimes híbridos" (todos considerados democracias) e "regimes autoritários" (considerados ditatoriais).

A *The Economist* avalia os países em cinco critérios (processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis), com notas que vão de 0 a 10.

Porém, dos 167 países avaliados, segundo o *The Economist*, Ruanda está inserida na casa de 136 numa categoria de Regime Autoritário pelo facto de ter uma pontuação de 3.16; com processo eleitoral e pluralismo reduzido que corresponde a 1.42, com funcionamentos de governo com uma taxa de 4.29, participação política de 2.78, Cultura política 4.38, Liberdade civis 2.94. O que quer dizer que Ruanda ainda está distante de uma democracia aceitável em relação aos países com uma democracia plena e imperfeita, para não falar dos países com regime híbrido.

## 1.2. DELIMITAÇÃO DO TEMA

O trabalho em análise, não descreveu no seu todo sobre Descrição e Análise à governação democrática em África, pois nos delimitaremos num estudo mais aprofundado sobre a descrição e análise democrática da República do Ruanda.

## 1.3. PROBLEMA DA PESQUISA:

Mais de 40 anos depois da vaga de independência de 1960, não podemos continuar a atribuir a responsabilidade exclusiva das nossas desgraças ao colonialismo ou ao neocolonialismo das grandes potências, aos brancos, aos comerciantes estrangeiros e não sei quem mais. Temos de aceitar, de uma vez por todas, que somos nós os principais culpados.

Perante este facto surge-nos a seguinte questão: Quais as razões que levam a má governação democrática em África e a falta de uma democracia plena para Ruanda?

#### 1.4. HIPÓTESES:

H1: O resvalar para a violência, o laxismo na gestão do bem público, o roubo em grande escala, o não saber aceitar diferenças entre etnias e regiões, tudo isto tem causas principalmente endógenas. Admiti-lo seria o começo da tomada de consciência e, portanto, da sabedoria” Jean-Paul Ngoupande (ex-primeiro-ministro da RCA).

H2: A não-aceitação de uma abertura de candidatos concorrentes às eleições, tem levado Ruanda à uma permanência constante a um regime autoritário.

H3: Com a expansão dos seus serviços e desenvolvimento económico, político e social da administração pública do estado, pode equacionar vontade política para abertura de candidatura de mais partidos políticos a fim de Ruanda respirar novos horizontes aos ares reais de real democracia plena.

#### 1.5. OBJECTIVOS:

##### 1.5.1. Objectivo geral:

- Estudar os fenómenos anti democráticos que prejudicam a saúde política no âmbito da justiça social da República de Ruanda.

##### 1.5.2. Objectivo específicos:

- 1). Identificar as possíveis práticas abusivas que prejudicam a saúde política no âmbito da justiça social da República do Ruanda;
- 2). Avaliar os procedimentos utilizados na Gestão democrática que levam Ruanda à um país de regime autoritário;
- 3). Apresentar um modelo de Avaliação para implementação dos processos reais democráticos que possa facilitar a concorrência política partidária para o governo de Ruanda.

## 1.6. JUSTIFICATIVA

Tendo em conta as constantes transformações no cenário político da nova África, os países atuam em ambiente globalizado, em que o cumprimento da lei e dos princípios basilares como a transparência, a honestidade, o uso racional da coisa com propósito de missão e sentimento real patriótico por via de uma liderança responsável e sobretudo com o mínimo de espírito de Justiça Social de quem serve. Assim sendo, Ruanda tornou-se cada vez mais aberta ao desenvolvimento das suas instituições, tornando-se crescente a vantagem da adopção dos princípios éticos no contexto da política social na administração pública Ruandesa.

Dada a importância do tema pretendemos contribuir com esta pesquisa na dinâmica organizacional, como mecanismo que orienta a política social e democrática da Gestão e Administração Pública de Ruanda, permitindo uma mudança relevante no sector, pois, é justificável oferecer novas perspectivas, ideias, conhecimentos para realidade prática Governamental tendo em foco um maior rendimento, eficiência e coerência na erradicação de práticas abusivas que lesam o estado e que por razões óbvias não facilitam com que os objetivos do Estado a perante a democracia sejam concretizados, por um lado, e por outro, com a finalidade de vir a levantar hipóteses de investigações futuras.

## 2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PAÍS

A geografia política de Ruanda, está intimamente ligada com o modelo de democracia utilizado naquela região. Assim, a par do seu governo, Ruanda apresenta características das democracias Maioritária, pelas particularidades que o governo apresenta:

- Poder executivo concentrado num só partido e de maioria escassa;
- .Predomínio do executivo;
- Sistema de partidos bipartidário;
- Sistema eleitoral maioritário;
- Pluralismo de grupos de interesses;
- Governo unitário;
- Banco central controlado pelo executivo;
- Flexibilidade constitucional.



O presidente de Ruanda é o chefe de estado e tem amplos poderes, incluindo a criação de políticas públicas em conjunto com o gabinete ministerial, a prerrogativa de misericórdia, o comando das forças armadas, a negociação e ratificação de tratados, após a sua conclusão assinatura de ordens presidenciais, e ainda pode declarar guerra ou estado de emergência. O presidente é eleito por voto popular a cada sete anos, e nomeia o primeiro-ministro e todos os outros membros do gabinete. O atual presidente é Paul Kagame, que assumiu o cargo após a renúncia de seu antecessor, Pasteur Bizimungu, em 2000. Kagame, posteriormente, ganhou as eleições em 2003 e 2010, embora organizações de direitos humanos tenham criticado estas eleições como sendo "marcadas pela crescente repressão política e restrição à liberdade de expressão".

A atual constituição foi adotada na sequência de um referendo nacional em 2003, substituindo a constituição de transição que já estava em vigor desde 1994. A constituição determina um sistema multi-partidário de governo, com políticas baseadas na democracia e escolha dos representantes através de eleições. No entanto, a constituição coloca condições sobre a forma como os partidos políticos podem operar. O artigo 54 afirma que "organizações políticas estão proibidas quando baseadas na raça, etnia, tribo, clã, região, sexo, religião ou qualquer outra divisão que pode dar origem a qualquer discriminação". O governo também aprovou leis criminalizando a ideologia genocida, que inclui manifestações de intimidação, discursos difamatórios, negação do genocídio e ridicularização das vítimas. Segundo a Human Rights Watch, essas leis efetivamente fazem Ruanda um estado de partido único, "sob o pretexto de prevenir um outro genocídio, o governo exhibe uma intolerância acentuada das formas mais básicas de dissidência". A Anistia Internacional também é crítica, dizendo que as leis de ideologia de genocídio têm sido usadas para impor o silêncio, calando críticas às decisões do partido RPF e pedidos de justiça para crimes de guerra cometidos por tal grupo.

O Parlamento consiste de duas câmaras. Ele faz as leis e está habilitado pela constituição a fiscalizar as atividades do presidente e de seu gabinete. A câmara baixa é a Câmara dos Deputados, com oitenta membros que cumprem

mandatos de cinco anos. Vinte e quatro destes assentos são reservados para as mulheres, eleitas através de uma assembleia conjunta de funcionários do governo local; outros três assentos são reservados para os membros jovens e pessoas com deficiência, os outros 53 são eleitos por sufrágio universal sob um sistema de representação proporcional. Após a eleição de 2008, há 45 deputadas, tornando Ruanda o único país com uma maioria feminina no parlamento nacional. A câmara superior é o Senado, com 26 cadeiras. Seus membros são selecionados por uma variedade de corpos, e têm mandato de oito anos. A quantidade mínima obrigatória de senadoras é de 30%.

O sistema legal de Ruanda é amplamente baseado nos sistemas de direito civil alemão e belga, e no direito consuetudinário. O judiciário é independente do poder executivo, embora o presidente e o senado estejam envolvidos na nomeação de juízes da Suprema Corte. O Human Rights Watch elogiou o governo de Ruanda pelo progresso feito na entrega da justiça, incluindo a abolição da pena de morte, mas também apontam interferência no sistema judicial por membros do governo, tais como a nomeação de juízes politicamente motivados, uso indevido da promotoria, poder e pressão sobre os juízes para tomar decisões particulares. A Constituição prevê dois tipos de tribunais: comuns e especializados. Tribunais comuns são o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior, e os tribunais regionais, enquanto os tribunais especializados são os tribunais militares e tribunais tradicionais *Gacaca*, que foram reavivadas para agilizar os julgamentos dos suspeitos de genocídio.

Ruanda tem níveis de corrupção baixos em relação à maioria dos outros países africanos. Em 2010, a Transparência Internacional classificou Ruanda como o oitavo mais limpo dentre 47 países na África subsaariana e o 66º com menos corrupção dentre 178 nações em todo o planeta. A Constituição prevê um Provedor de Justiça, cujas funções incluem a prevenção e combate da corrupção. Funcionários públicos (incluindo o Presidente) são exigidos pela Constituição para declarar a sua riqueza ao Provedor de Justiça e para o público, aqueles que não cumprem são suspensos do cargo.

A Frente Patriótica Ruandesa (FPR) é o partido político dominante no país desde 1994. A FPR tem mantido o controle da presidência e do Parlamento

nas eleições nacionais, com o percentual de votos para o partido na faixa de 70% do total. A FPR é vista como um partido dominado pelos tutsis, mas recebe apoio de todo o país, e é creditado com a garantia de continuação da paz, estabilidade e crescimento econômico. Organizações de direitos humanos, incluindo a Anistia Internacional e a Freedom House, afirmam que o governo suprime as liberdades dos grupos de oposição ao restringir candidaturas nas eleições para partidos alinhados com a situação, demonstrações de supressão, e prendendo os líderes da oposição e jornalistas.

Ruanda é membro das Nações Unidas, União Africana, Francofonia, da Comunidade do Leste Africano, e da Comunidade das Nações. Por muitos anos durante o regime Habyarimana, o país mantinha laços estreitos com a França, bem como a Bélgica, antiga potência colonial. Sob o governo da Frente Patriótica Ruandesa, no entanto, o país tem procurado estreitar laços com as nações vizinhas da África Oriental e com o mundo anglófono. As relações diplomáticas com a França foram suspensas entre 2006 e 2010, após o indiciamento de autoridades ruandesas por um juiz francês. As relações com a República Democrática do Congo (RDC) ficaram tensas após o envolvimento de Ruanda, na Primeira e Segunda Guerras do Congo, o exército congolês alegou ataques ruandeses em suas tropas, enquanto Ruanda acusou o governo congolês por não reprimir rebeldes hutus nas províncias do Norte e Kivu do Sul. A relação de Ruanda com Uganda também ficou tensa durante boa parte da década de 2000 na sequência de um embate de 1999 entre os exércitos dos dois países como eles recuaram opondo grupos rebeldes na Segunda Guerra do Congo. A partir de 2012, as relações com Uganda e República Democrática do Congo estão melhoradas.

## **2.1. INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA DE RUANDA**

Bruxelas concedeu autonomia interna a Ruanda, aboliu a monarquia tutsi e formou um governo de transição chefiado pelo líder do Parmehutu, Grégoire Kayibanda. **Sob clima de guerra civil, foram realizadas eleições, as quais optaram pela República, em 1961. A Assembleia Geral da ONU, por sua vez, marcou a data da independência da República Democrática de Ruanda para o dia 1º de julho de 1962,** insistindo na necessidade de um

governo pluriétnico. O pedido foi atendido, mas o recém-independente país africano viveu, a partir dos anos 1960, um dos maiores genocídios do século 20.

Contrariamente aos seus vizinhos, Ruanda, era um reino centralizado, seu território foi oficialmente decidido na Conferência de Berlim (de 1885) e só foi entregue ao Império Alemão (juntamente com o vizinho Burundi) em 1890, numa conferência em Bruxelas, em troca de Uganda e da ilha de Heligolândia. No entanto, as fronteiras desta colônia – que, na altura incluíam também alguns pequenos reinos das margens do Lago Vitória – só foram definidas em 1900.

Depois da derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, a propriedade foi entregue à Bélgica, por mandato da Liga das Nações. O domínio belga foi direto e duro como o dos alemães e, utilizando a Igreja Católica, manipulou a classe alta dos tutsi para integrar o resto da população - na sua maioria hutus e demais tútsis - incluindo a cobrança de impostos e o trabalho forçado, que já eram quesitos adotados pela Alemanha e contribuindo para um grande fosso social que já existia.

Depois da Segunda Guerra Mundial Ruanda tornou-se novamente um protetorado das Nações Unidas, tendo a Bélgica como autoridade administrativa. Através de uma série de processos, incluindo várias reformas, o assassinato do rei Mutara III Charles, em 1959 e a fuga do último monarca do clã Nyiginya, o rei Kigeri V, para Uganda, os hutus ganharam mais poder e, na altura da independência, em 1962, os hutus eram os políticos dominantes. Em 25 de setembro de 1960 a ONU organizou um referendo no qual os ruandeses decidiram tornar-se uma república. Depois das primeiras eleições, foi declarada a República de Ruanda, com Grégoire Kayibanda como primeiro-ministro.

Após vários anos de instabilidade, em que o governo tomou várias medidas de repressão contra os tutsis, em 5 de Julho de 1973, o major general Juvénal Habyarimana, que era ministro da defesa, destituiu o seu primo Grégoire Kayibanda, dissolveu a Assembleia Nacional e aboliu todas as atividades políticas. Em Dezembro de 1978 foram organizadas eleições, nas quais foi

aprovada uma nova constituição e confirmado Habyarimana como presidente, que foi reeleito em 1983 e em 1988, como candidato único, em resposta a pressões públicas por reformas políticas, Habyarimana anunciou em Julho de 1990 a intenção de transformar o Ruanda numa democracia multipartidária.

No entanto, nesse mesmo ano, uma série de problemas climáticos e econômicos geraram conflitos internos e a Frente Patriótica Ruandesa (RPF), dominada por tutsis refugiados nos países vizinhos, lançou ataques militares contra o governo hutu, a partir de Uganda. O governo militar de Juvénal Habyarimana respondeu com programas genocidas contra os tutsis. Em 1992 foi assinado um cessar-fogo entre o governo e a RPF em Arusha, Tanzânia.

Em 6 de Abril de 1994, Juvénal Habyarimana e Cyprien Ntaryamira, o presidente do Burundi, foram assassinados quando o seu avião foi atingido por fogo quando aterrissou em Kigali. Durante os três meses seguintes, os militares e milicianos ligados ao antigo regime mataram cerca de 800 000 tutsis e hutus opositores, naquilo que ficou conhecido como o Genocídio de Ruanda. Entretanto, a RPF, sob a direção de Paul Kagame, ocupou várias partes do país e, em 4 de Julho entrou na capital Kigali, enquanto tropas francesas de manutenção da paz ocupavam o sudoeste, durante a “Opération Turquoise”. Ainda trabalha-se para julgar os culpados pelo massacre de Ruanda. Até 2001, três mil foram julgados e quinhentos deles receberam penas máximas.

Com a morte de Juvénal Habyarimana, Pasteur Bizimungu ficou como presidente e Paul Kagame como vice, porém no ano 2000 os dois homens fortes entraram em conflito. Bizimungu renunciou à presidência e Kagame ficou como presidente. Em 2003, Kagame foi finalmente eleito para o cargo, no que foram consideradas as primeiras eleições democráticas depois do genocídio. Entretanto, cerca de 2 milhões de hutus refugiaram-se na República Democrática do Congo, com medo de retaliação pelos tutsis. Muitos regressaram, mas conservam-se ali milícias que têm estado envolvidas na guerra civil daquele país.

Dois filmes ajudam a entender a amplitude do conflito e a interferência internacional durante a formação, o decorrer e o fim do Genocídio, o primeiro é

"Hotel Ruanda", que conta a história de um hoteleiro chamado Paul Rusesabagina, que enfrenta a difícil tarefa de defender sua família e amigos tútsis, da repressão hutu, e acaba por abrigar diversos refugiados, em miséria e pavor, em seu hotel antes destinado aos turistas e missionários na região. A história é baseada em acontecimentos reais. O segundo filme, "Aperte as mãos do diabo", é uma adaptação da autobiografia do general Romeo Dallaire, comandante das forças canadenses e da missão de paz em Ruanda. O filme conta a jornada de Dallaire no genocídio de 1994 em Ruanda, e de como seu pedido de mais ajuda à Organização das Nações Unidas foi ignorado. Uma curiosidade é que ambos os filmes destacam a tentativa estadunidense, apoiada pelos britânicos, de impedir a veiculação do termo genocídio, o qual obrigaria uma intervenção internacional com a participação tanto dos EUA, quanto do Reino Unido. No dia 29 de novembro de 2009, Ruanda foi admitida como a 54.<sup>a</sup> nação-membro da Comunidade das Nações, sendo a segunda sem ligações históricas com o Reino Unido a ingressar no grupo.

## **2.2. Tribunal Penal Internacional para o Ruanda em Kigali.**

Em 8 de novembro de 1994, através da resolução 955 do Conselho de Segurança da ONU, foi criado o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) para julgar os principais responsáveis pelo genocídio. A Corte Penal Internacional é competente para julgar somente os crimes cometidos após a sua criação, em 1º de julho de 2002. Não é portanto competente para julgar os crimes cometidos em Ruanda, durante o genocídio. O primeiro-ministro do governo interino ruandês, Jean Kambanda, foi julgado culpado e condenado por genocídio pelo TPIR. 75% dos membros do governo interino foram presos. Vários ministros desse governo foram considerados culpados de participação no genocídio ou estão em fase de julgamento. Dois outros foram liberados. Em 2011, alguns antigos chefes militares foram considerados culpados de genocídio.

## **2.3. GEOGRAFIA E DEMOGRAFIA POLÍTICA DE RUANDA**

Com área de 26 338 km<sup>2</sup>, Ruanda é o 149o menor país do mundo. É comparável em tamanho ao Haiti ou ao estado de Maryland, nos Estados Unidos. Todo o território está em altitude elevada, e o ponto mais baixo é o rio Ruzizi, a 950 metros acima do nível do mar. A nação está localizada na parte Oriental/Central do continente africano, e faz fronteira com a República Democrática do Congo a oeste, ao norte com Uganda, Tanzânia a leste, e Burundi ao sul. Situa-se a alguns poucos graus ao sul da linha do Equador e não tem litoral. A capital e maior cidade, Quigali, está localizada próximo ao centro do território do país.

A linha divisória de águas entre as bacias hidrográficas do rio Congo e do Nilo atravessa Ruanda de norte a sul, com cerca de 80% da área do país drenando para o Nilo e 20% para o Congo através do rio Rusizi. O maior rio do país é o Nyabarongo, que nasce no sul-oeste, e flui para o norte, leste e sudeste antes de se fundir com o Ruvubu para formar o Kagera; este, por sua vez, segue para o norte ao longo da fronteira leste com a Tanzânia. O Nyabarongo-Kagera eventualmente deságua no Lago Vitória, e sua nascente na Floresta Nyungwe é uma das "candidatas" à nascente do Nilo. Ruanda tem muitos lagos, sendo o maior o lago Kivu. Ele ocupa o piso do Rift Albertine ao longo da maior do comprimento da borda ocidental de Ruanda, e com uma profundidade máxima de 480 metros, é um dos vinte lagos mais profundos do mundo. Lagos importantes incluem Burera, Ruhondo, Muhazi, Rweru e Ihema, sendo o último o maior de uma série de lagos na planície oriental do Parque Nacional Akagera.

Ruanda tem um clima tropical temperado, com temperaturas mais baixas do que as dos típicos países equatoriais, devido à sua elevada altitude. Quigali, no centro do país, tem uma temperatura típica diária entre 12 e 27°C, com pouca variação ao longo do ano. Existem algumas variações de temperatura em todo o país, o oeste e norte montanhoso são geralmente mais frios do que a porção leste de menor altitude. Existem duas estações de chuvas no ano, a primeira cai de fevereiro a junho e a segunda de setembro a dezembro. Elas são separadas por duas estações secas: a principal de junho a setembro, durante o qual muitas vezes não há chuva em todo o país, e uma mais curta e menos

grave, de dezembro a fevereiro. A precipitação varia geograficamente, com o oeste e noroeste do país recebendo mais precipitação anualmente do que o leste e sudeste.

As atuais fronteiras internas foram traçadas em 2006 com o objetivo de descentralizar o poder e remover as associações com o antigo sistema e o genocídio. A estrutura anterior de doze províncias centradas em torno das maiores cidades foi substituída por cinco províncias baseadas principalmente na geografia. São elas: Província do Norte, Província do Sul, Província do Oeste, Província do Leste, e a Província de Quigali, no centro do país. Principais cidades: 1. Quigali (leste); 2. Butare (sul); 3. Gitarama (Sul); 4. Ruhengeri (Norte); 5. Gisenyi (Oeste); 6. Byumba (Norte); 7. Cyangugu (Oeste); 8. Rutongo (Quigali); 9. Kibuye (Oeste); 10. Rwamagana (Leste).

Em questões demográficas, Em 2015, o Instituto Nacional de Estatística de Ruanda estimou que a população de Ruanda seja de 11 262 564. O censo de 2012 registrou uma população de 10 515 973. A população é jovem: no censo de 2012, 43,3% da população tinha 15 anos ou menos e 53,4% entre 16 e 64. Segundo o CIA *The World Factbook*, a taxa anual de nascimentos é estimada em 40,2 nascimentos por mil habitantes em 2015, e a taxa de mortalidade em 14,9. A expectativa de vida é de 59,67 anos (61,27 anos para mulheres e 58,11 anos para homens), que é o 26º mais baixo de 224 países e territórios. A proporção sexual do país é relativamente uniforme.

Com 408 habitantes por quilômetro quadrado, a densidade populacional de Ruanda está entre as maiores da África. Historiadores como Gérard Prunier acreditam que o genocídio de 1994 pode ser atribuído, em parte, à esta elevada densidade. A população é predominantemente rural, com algumas cidades grandes; as habitações estão uniformemente espalhadas por todo o país. As únicas áreas pouco povoadas do país são uma região de savana na antiga província de Umutara e o Parque Nacional Akagera, no leste do país. Quigali é a maior cidade, com uma população de cerca de um milhão de habitantes. Seu crescimento populacional desafia o desenvolvimento em infraestrutura. Outras cidades notáveis são Gitarama, Butare e Gissenhi, todas com população abaixo de 100 mil moradores. A taxa de urbanização aumentou



de 6% em 1990, para 16,6% em 2006; em 2011, no entanto, a proporção caiu ligeiramente para 14,8%.

Ruanda é um estado unificado desde tempos pré-coloniais, e sua população é composta a partir de apenas um grupo étnico e linguístico, o Banyarwanda; muito diferente da maioria dos estados africanos modernos, cujas fronteiras foram traçadas pelas potências coloniais e não correspondem às fronteiras étnicas ou dos reinos pré-coloniais. Dentro do povo Banyarwanda, existem três grupos distintos, o hutus (84% da população em 2009), os tutsi (15%) e os Twa (1%). Estes últimos são um povo pigmeu que descende desde os primeiros habitantes de Ruanda, mas os estudiosos não concordam sobre as origens e as diferenças entre os hutus e tutsis. O antropólogo Jean Hiernaux alega que os tutsis são uma raça à parte, com uma tendência de "cabeças longas e rostos e narizes estreitos", outros, como Villia Jefremovas, acreditam que não há diferença física discernível e as categorias não foram historicamente rígidas. Na Ruanda pré-colonial os tutsis eram a classe dominante, da qual os Reis e a maioria dos chefes foram derivados, enquanto os hutus eram agricultores. O atual governo desencorajou a distinção Hutu/Tutsi/ Twa, e removeu essa classificação das cédulas de identidade.

A principal língua do país é quiniaruanda, que é falada pela maioria dos ruandeses. Os principais idiomas europeus durante a era colonial eram o alemão, e depois francês, que foi introduzido pela Bélgica e manteve-se como língua oficial e falada após a independência. O afluxo de refugiados de Uganda e de outros lugares durante o século XX criou uma divisão linguística entre a população anglófona e o restante dos francófonos do país. Quiniaruanda, inglês, francês e suaíli são línguas oficiais atualmente. Quiniaruanda é a língua do governo e o inglês é o principal idioma utilizado no meio educacional. O suaíli, a língua franca da África Oriental, também é amplamente falado, particularmente nas áreas rurais. Além disso, os habitantes de ilha Nkombo falam amashi, um idioma intimamente relacionado com o quiniaruanda.

## **2.4. RELIGIÃO**

A maioria dos ruandeses são católicos, mas houve mudanças significativas na demografia religiosa do país desde o genocídio, com muitas conversões para religiões cristãs evangélicas e para o islamismo. Em 2006, os católicos representavam 56,5% da população, os protestantes 37,1% (dos quais 11,1% eram Adventistas do Sétimo Dia) e 4,6% muçulmanos. 1,7% disseram não possuir crenças religiosas. A religião tradicional africana, apesar de oficialmente representar apenas 0,1% da população, mantém uma influência. Muitos ruandeses veem o Deus cristão como sinônimo de Imana, o tradicional Deus ruandês.

## **3. ENQUADRAMENTO DA TEORIA DA DEMOCRACIA NA GESTÃO POLITICA DE RUANDA**

Ruanda é visto como um país ditatorial pelo fato histórico da situação ocorrida dos genocídios de 1994. Por esta razão, os críticos da região, reconhecem que enquanto o Presidente Kagame e o FPR permanecerem no poder a instalação da *democracia* será adiada. Só um processo de reconciliação entre o genocídio não é um acontecimento isolado. A sua história tende a ligar o passado, o presente e o futuro numa linha de causas e consequências que ultrapassam largamente os limites geográficos e temporais da eliminação física das vítimas. Em 1994, no Ruanda, 800 mil tutsis e hutus moderados foram massacrados por milícias, soldados, quadros administrativos e camponeses, num «genocídio de proximidade» planejado e organizado pela elite no poder.

O presidente é o chefe de estado de Ruanda. Segundo a atual constituição do país, é eleito pela população para um mandato de 7 anos. O Presidente da República indica o primeiro-ministro e os membros do Conselho de Ministros. Como segue em anexo a lista dos presidentes de Ruanda após 1961. Dizer que de 1961 até a presente data com a governação do presidente Kagame, passaram 7 eleições com as suas respectivas governação e etnias.

<b>Presidentes</b>			
<b>Nome</b>	<b>Início do mandato</b>	<b>Fin do mandato</b>	<b>Etnia</b>
Dominique Mbonyumutwa	28 de janeiro de 1961	26 de outubro de 1961	Hutu
Grégoire Kayibanda	26 de outubro de 1961	5 de julho de 1973	Hutu
<b>Comitê pela Paz e Unidade Nacional (Junta Militar)</b>			
Juvénal Habyarimana	5 de julho de 1973	1 de agosto de 1983	Hutu
<b>Presidentes</b>			
Juvénal Habyarimana	1 de agosto de 1983	6 de abril de 1994	Hutu
Théodore Sindikubwabo	9 de abril de 1994	19 de julho de 1994	Hutu
Pasteur Bizimungu	19 de julho de 1994	23 de março de 2000	Hutu
Paul Kagame	24 de março de 2000	1 presente	Tutsi

Face o processo eleitoral desencaminhado, é importante afirmar que Ruanda tem uma alternância ao poder muito jovem e que por sua vez requer maior aceitação e dinamismo na condição sociopolítica, não descurando da crise ameaçadora de 1994, caso específico do genocídio.

Porém, O **Índice de Democracia** *The Economist* para examinar o estado da democracia em 167 países, na tentativa de quantificar este com o *Economist Intelligence Unit Democracy Index* do que se concentrou em cinco categorias gerais: o processo eleitoral e pluralismo, as liberdades civis, o funcionamento do governo, participação política e cultura política. De acordo com a *Economist Intelligence Unit Democracy Index 2011*, os países são classificados em "democracias plenas", "democracias imperfeitas", "regimes híbridos" (todos considerados democracias) e "regimes autoritários" (considerados ditatoriais). A *The Economist* avalia os países em cinco critérios (processo eleitoral e pluralismo, funcionamento do governo, participação política, cultura política e liberdades civis), com notas que vão de 0 a 10.

Porém, dos 167 países avaliados, segundo o *The Economist*, Ruanda está inserida na casa de 136 numa categoria de Regime Autoritário pelo facto de ter uma pontuação de 3.16; com processo eleitoral e pluralismo reduzido que corresponde a 1.42, com funcionamentos de governo com uma taxa de 4.29, participação política de 2.78, Cultura política 4.38, Liberdade civis 2.94. O que quer dizer que Ruanda ainda está distante de uma democracia aceitável em relação aos países com uma democracia plena e imperfeita, para não falar dos países com regime híbrido.

## 4. Governação de Ruanda

Portanto, como falar de democracia quando a maioria da população estava excluída dos direitos políticos? Pois, as mulheres, os metecos, os escravos não eram considerados cidadãos e como tal não tinham direito algum. Para a nossa sensibilidade contemporânea, a exclusão de um número tão elevado de pessoas é incompatível como qualificativo “democrático”. Mas também não é menos certo que visto com os seus olhos, para os gregos, os sistemas pelos quais nós governamos embora parte do mundo atual, a qual chamamos “democracia liberal” seria qualquer coisa menos uma democracia, estando mais próxima a poliarquia de Robert Dahl.

Porém, os gregos não entenderam que denominamos “democracia” a um sistema em que a maior implicação do cidadão com a sua “polis” acontece a cada 4 ou 5 anos em eleições a representantes. As razões dessa dissonância tem que ver obviamente com a enorme distância temporal que nos separa, mas também às características peculiares da democracia ateniense. Assim, tal como as características reais que a democracia apresenta, é importante recomendar que Ruanda procure adaptar-se às novas formas de pensamento globalizado perante uma democracia mais acentuada e sobretudo clara e objectiva as necessidades e satisfação dos anseios do povo e como se não bastasse na correlação estratégica da comunidade internacional.

Vale reconhecer que além da geopolítica interna, Ruanda apresenta uma característica muito própria e por sua vez tem expandido a uma dimensão brutal a sua dinâmica comercial e económica e que por sua vez tende a expandir a condição social em bom sentido as estratégias de governo de Paul Kagame. Assim, é fundamental que no âmbito do processo de globalização, Ruanda, tem demonstrado ser um país óptimo e com uma visão mais certa e sobretudo com ideias pragmáticas. Isso é que tem levado a comercialização e venda diplomática em questões democráticas da situação que Ruanda apresenta ser e estar diante do mundo comercial, mas que é fortemente criticada diante dos países mais adultos e dos eruditos reais da democracia.

Portanto, é imperioso afirmar que a cultura política desenvolvida pelo governo Ruandês tem legitimidade pelo facto do seu governo ter uma aceitação meramente política pois embora ser ela ditatorial, porém deve o governo aceitar o estabelecimento de indicadores que poderão elevar um grande índice de desenvolvimento político e democrático tal como Dahl estabelece os indicadores para que a Democracia seja factível:

- Liberdade de associação;
- Liberdade de expressão;
- Liberdade de voto (sufrágio universal);
- Liberdade para competir em busca de apoio(líderes políticos);
- Diversidade de fontes de informação;
- Elegibilidade para a coisa pública;
- Eleições livres, correctas e periódicas;
- Instituições que garantam que a política do governo depende dos votos e demais formas de expressar as preferências.

Para Ruanda, estes princípios estão muito associados ao facto do sistema político e do regime estabelecido pelo seu governo. Todavia, é interessante que de forma gradual comece dar passos significativos para a mudança social por via de uma democracia acentuada e que venham a favorecer os povos.

Para tal, hoje Ruanda tem uma aceitação mais profunda pelo seu desenvolvimento económico, intelectual e a dimensão do seu desenvolvimento tecnológico que cresce dia apos dia a nível do cenário económico e mundial e isso faz com que este país consegue se manter nos níveis de boa governação, não descurando da condição democrática que vimos a afirmar constantemente de que tem e merece fazer um reenquadramento profundo face ao enquadramento cultural do seu impacto histórico do genocídio.

Assim, é importante afirmar que Ruanda é um dos poucos países de África com um impacto de grande vantagem competitiva face o índice de transparência que o governo de Paul Kagame implantou, principalmente no que tange a um combate acelerado da corrupção.

Todavia, tal como afirmamos anteriormente, é importante recordar que “mais de 40 anos depois da vaga de independências de 1960, não podemos continuar a

atribuir a responsabilidade exclusiva das nossas desgraças ao colonialismo ou ao neocolonialismo das grandes potências, aos brancos, aos comerciantes estrangeiros e não sei quem mais. Temos de aceitar, de uma vez por todas, que somos nós os principais culpados. O resvalar para a violência, o laxismo na gestão do bem público, o roubo em grande escala, o não saber aceitar diferenças entre etnias e regiões, tudo isto tem causas principalmente endógenas. Admiti-lo seria o começo da tomada de consciência e, portanto, da sabedoria” Jean-Paul Ngoupande (ex-primeiro-ministro da RCA).

## **5. CONCLUSÃO**

A análise dos aspectos que estruturaram a pesquisa sobre Descrição e Análise á governação democrática em África, no caso concreto da República de Ruanda na realização da política social do estado incidem sobre um estudo

real onde se confirmou as hipóteses, tal como afirmou Jean-Paul Ngoupande, de que o resvalar para a violência, o laxismo na gestão do bem público, o roubo em grande escala, o não saber aceitar diferenças entre etnias e regiões, tudo isto tem causas principalmente endógenas, a dimensão do genocídio de 1994 que por sua vez, a mudança de políticas democráticas tem deixado o governo meio séptico nesta perspectiva. Bem como a não aceitação de uma abertura de candidatos concorrentes às eleições, tem levado Ruanda à uma permanência constante a um regime autoritário. Com a expansão dos seus serviços e desenvolvimento económico, político e social da administração pública do estado, pode equacionar vontade política para abertura de candidatura aos demais partidos políticos a fim de Ruanda respirar novos horizontes aos ares reais de real democracia plena.

Com os objectivos concretizados nesta pesquisa, favorecerá a racionalidade da República de Ruanda por via da instauração de processos mais democráticos a incentivar a busca pela satisfação de interesses colectivos, apesar de no funcionamento do governo de Paul Kagame haver diversos fatores que não propiciam experiência formativa, há nessa realidade indivíduos que preservam a autorreflexão e mantêm o movimento contrário da primazia do económico, na busca incessante pela Cultura política face as ocorrências do genocídio de 1994.

É fundamental que o governo estejam comprometidos com a liberdade de expressão e comunicação, não descurando do controlo cerrado do reavivamento de mais um genocídio, tal qual elevar o combate à corrupção e a fomentação da ética no trabalho. Além do controle, apuração, transparência, responsabilização e aplicação de penas severas a actos ligados a emancipação de discriminação étnicas, é essencial a promoção pelo gestor de ações formativas, educacionais e reflexivas no trabalho. O gestor público, quando no comando de equipes de trabalho, precisa implementar um modo de gestão que possibilite a ampliação da consciência dos funcionários em relação ao trabalho que estão realizando. Busque propiciar discussões sobre a finalidade das atividades que estão desempenhando e do impacto delas na sociedade e nos propósitos da instituição a que estão vinculados. Facilitar que

o servidor consiga se visualizar na ação do estado na cidade, no estado e no país, vendo-se como o propiciador do exercício da cidadania.

## **6. REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS**

1. Material de apoio do Módulo Sobre Fundamentos da Governança Democrática.



## Sites Consultados:

<https://lexangola.blogs.sapo.pt/492.html>

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Commonwealth>

<http://memorialdademocracia.com.br/africa/rw>

[https://www.google.com/search?q=indicadores+de+Kaufman&client=firefox-b-d&sxsrf=ALeKk032OyV6\\_2hyNC\\_fdiXuEzTseenvaA%3A1627639945927&ei=idADYbGJOI\\_NtObpyYeICw&oq=indicadores+de+Kaufman&gs\\_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAMyBOghEKABOgcIABBHELADOGcIIxDqAhAnOgcILhDqAhAnSgOIORgAUIUdWNhnYI1xaAFwA3gEgAH3B4gBui-SAQszLTEuMC4zLjMuMZgBAKABAaABArABCsgBCMABAQ&sclient=gws-wiz&ved=0ahUKEWjx8bGmx4ryAhWPZs0KHenkAbEQ4dUDCA4&uact=5](https://www.google.com/search?q=indicadores+de+Kaufman&client=firefox-b-d&sxsrf=ALeKk032OyV6_2hyNC_fdiXuEzTseenvaA%3A1627639945927&ei=idADYbGJOI_NtObpyYeICw&oq=indicadores+de+Kaufman&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAMyBOghEKABOgcIABBHELADOGcIIxDqAhAnOgcILhDqAhAnSgOIORgAUIUdWNhnYI1xaAFwA3gEgAH3B4gBui-SAQszLTEuMC4zLjMuMZgBAKABAaABArABCsgBCMABAQ&sclient=gws-wiz&ved=0ahUKEWjx8bGmx4ryAhWPZs0KHenkAbEQ4dUDCA4&uact=5)